

# EDUCAÇÃO INFANTIL NO/DO CAMPO: DESAFIOS COTIDIANOS NO CONTEXTO DAS ESCOLAS RURAIS

JAINÉ VILAVERDE CARVALHO

## RESUMO

O artigo a seguir é fruto de uma análise qualitativa, tomando como aporte os referenciais bibliográficos de autores da área, bem como a legislação pertinente ao tema. Realizou-se também uma pesquisa descritiva que visa, conhecer os principais desafios que transpassam a fase escolar das crianças da Educação Infantil lotadas em uma escola rural do município de Alegrete, RS. Após a construção do estudo, foi possível trazer novas possibilidades acerca do assunto em questão relembrando como se organizou o processo de implementação da Educação Infantil no Campo até os dias atuais, como se organizam as atividades e os processos de ensino e aprendizagem nessas escolas e quais seriam os principais desafios que se apresentam diariamente para os professores e alunos do Campo, ressaltando as características e singularidades que as crianças residentes nas regiões campestres retratam em seu dia a dia.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Campo; Desafios; Aprendizagem.

## ABSTRACT

The following article is the result of a qualitative analysis, taking as a contribution the bibliographical references of authors in the area, as well as the legislation relevant to the topic. A descriptive research was also carried out to understand the main challenges that permeate the school phase of Early Childhood Education children working in a rural school in the city of Alegrete, RS. After the construction of the study, it was possible to bring new possibilities regarding the subject in question, remembering how the process of implementing Early Childhood Education in the Countryside was organized until the present day, how the activities and teaching and learning processes are organized in these schools and which would be the main challenges that present themselves daily to rural teachers and students, highlighting the characteristics and singularities that children living in rural regions portray in their daily lives.

**Keywords:** Early Childhood Education; Field; Challenges; Learning.

**Junho, 2024**

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de implementação da Educação Infantil nas escolas públicas do nosso país, como conhecemos nos dias de hoje, é recente, uma vez que, anteriormente havia o atendimento às crianças pequenas com outra nomenclatura e disposições. Após a promulgação da Lei nº 9.394/96, este ciclo passa a ser chamado de Educação Infantil e, vem contribuindo para rever as noções de infância a fim de acompanhar a multiplicidade de alunos e gerações na contemporaneidade. De acordo com Cordeiro e Sodré (2008, p.110), o que ocorria

anteriormente a este período é que “apenas algumas crianças de seis anos eram atendidas em classes de alfabetização, que funcionavam junto às escolas municipais do Ensino Fundamental”.

Inicialmente no Brasil, as primeiras instituições direcionadas ao público infantil, sustentavam apenas o papel de cuidados com as crianças, a fim de que as mães pudessem trabalhar fora de casa, e, por isso, necessitavam de um local para que seus filhos pudessem permanecer durante este período. Bach e Peranzoni (2014), descrevem que as primeiras creches atendiam às crianças somente no que diz respeito à “alimentação, higiene e segurança física, sendo chamadas de Casa dos Expostos ou Roda”. Essas instituições possuíam um dispositivo acoplado nas janelas de seus prédios, para que as pessoas pudessem entregar recém-nascidos e, ao “girar a roda”, os bebês estariam dentro das habitações e assim que assistidas seriam encaminhados para a adoção (BACH; PERANZONI, 2014).

Desta forma, as creches não apresentavam nenhum aspecto direcionado para o desenvolvimento pedagógico das crianças, pois não contavam em sua estrutura com profissionais com a formação adequada, recursos didáticos e espaços apropriados para acolher os alunos.

Com o passar dos anos e posteriormente às publicações de documentos norteadores que asseguram a etapa da Educação Infantil como parte da Educação Básica, sendo essencial para o pleno desenvolvimento do educando, decorreu-se a obrigatoriedade de realizar as matrículas das crianças a partir dos 4 anos de idade nas escolas de Educação Infantil do país. Esta determinação estendeu-se efetivamente aos alunos residentes nas áreas rurais, porém, é sabido que tratamos aqui de realidades díspares quando comparadas às escolas da zona urbana do país, pois, o acesso à escola, condições estruturais, longas distâncias percorridas entre outros fatores, são pontos a serem considerados com relação ao processo educacional de alunos de apenas 4 anos de idade.

Sendo assim, notou-se a necessidade de realizar uma pesquisa na temática dos alunos da Educação Infantil no campo, com isso, desenvolveu-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são os principais desafios presentes no cotidiano das crianças que frequentam a Educação Infantil em uma escola do campo? Nesse sentido, o objetivo geral que será disposto nesta pesquisa visa, conhecer os principais desafios que transpassam a fase escolar das crianças da Educação Infantil lotadas em uma escola rural do município de Alegrete, RS.

Partindo deste objetivo geral, transcorreu-se a existência de alguns objetivos específicos, sendo eles os seguintes: a) Evidenciar os principais desafios que os alunos da Educação Infantil no campo enfrentam diariamente, b) Identificar como se estrutura uma escola do campo localizada em Alegrete, RS e c) observar e relatar as peculiaridades presentes em escolas do campo.

Portanto, ao decorrer desta pesquisa, busca-se a promoção de reflexões a respeito de alunos que frequentam a Educação Infantil no campo, analisando as diferenças e dificuldades que podem ser notadas em seu cotidiano escolar, fazendo do seu dia a dia um pouco diferente com relação às demais crianças que moram nas áreas urbanas dos municípios. Para a próxima seção, pretendo apresentar aqui algumas considerações importantes a respeito da Educação Infantil no Brasil.

## **2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

Conforme já mencionado no capítulo anterior, a Educação Infantil teve sua emergência inicial a partir da necessidade de as mulheres encontrarem um lugar para que seus filhos pudessem frequentar durante seu horário de trabalho. Por isso, pode-se concordar com Carvalho (2006, p. 116) uma vez que nos aponta que a escola passou a “ocupar um lugar funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna em relação à difusão dos princípios de ordem, produtividade e formação de profissionais das quais o sistema tinha necessidade”.

Podemos argumentar que, embora as primeiras instituições de cuidado da infância no Brasil tenham surgido com a noção do cuidado assistencial em primeiro lugar, a dimensão educativa foi paulatinamente crescendo.

Também é possível destacar, alguns fatores como responsáveis pela criação desses espaços destinados à permanência das crianças, como por exemplo, acidentes domésticos e também problemas relacionados à saúde, como desnutrição e demais carências de necessidades básicas. Por isso, a criação da Educação Infantil, por sua vez, relaciona-se ao atendimento de crianças nascidas em famílias menos favorecidas, Didonet (2001) nos revela que:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET 2001, p.13).

Por volta do ano de 1889, no Brasil foram criadas as primeiras instituições voltadas ao público infantil, sendo elas: Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI-RJ) e a Creche da Companhia de Fiação e Tecidos do Corcovado. Essas instituições tinham por finalidade e foco principal a redução da mortalidade infantil, a disseminação de informações sobre a importância da amamentação e também o compartilhamento de conhecimentos para as mães das crianças, com relação à necessidade de promoção de uma educação moral para as famílias (CARVALHO, 2006).

Já em meados do ano de 1896, surgiam no Brasil as primeiras instituições pré-escolares particulares, chamadas de Jardins de Infância, estas, por sua vez, eram direcionadas às crianças provenientes de famílias com maior poder aquisitivo, ou seja, a “elite social brasileira”. Porém, os Jardins de Infância apresentavam uma finalidade distinta às creches, posto que, elas detinham um programa pedagógico para o desenvolvimento educativo das crianças que ali frequentavam. Mendes (2015) corrobora com essas informações, defendendo que:

Essas instituições pré-escolares de iniciativa privada tiveram uma maior preocupação com o desenvolvimento escolar das crianças pequenas. A alta sociedade buscava diferenciá-las, dos asilos e creches das classes pobres, a partir de propostas pedagógicas, como foi dito a priori nos jardins de infância fundamentados em Froebel (MENDES, 2015, p.99).

Com o passar dos anos, ressaltamos a importância de movimentos feministas para a conquista da implementação da Educação Infantil, sendo que, Paschoal (2009) comenta que as mulheres “mudaram seu enfoque, defendendo a ideia de que tanto as creches como as pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou condição econômica”. Portanto, identificamos a necessidade de uma educação compensatória que, segundo Carvalho (2006, p.124) visava a democratização das oportunidades educacionais, através de vários embates políticos e econômicos, a fim de atingir “mudanças civilizadoras que definiam uma visão moderna de sujeito”.

A partir dessas reivindicações e lutas trabalhistas que ocorreram nesta época, evidenciamos a criação no primeiro “Congresso Brasileiro de Proteção à Infância”, este evento transcorreu-se no ano de 1922, e marca o surgimento de algumas preocupações com relação a regulamentação do atendimento às crianças pequenas. Oliveira (2005) refere-se que:

[...] Foram discutidos temas como a educação moral e higiênica e o aprimoramento da raça, com ênfase no papel da mulher como cuidadora. Em decorrência dessas discussões surgem as primeiras regulamentações do atendimento de crianças pequenas em escolas maternais e jardins-de-infância (OLIVEIRA 2005, p.97).

Podemos afirmar então, que foram se deslocando as formas de ver e entender o que seria importante para o bom desenvolvimento dos infantis e as instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas), embora ainda não pertencentes em sua organização nos sistemas educacionais, “foram consideradas como elementos importantes de uma (nova) concepção cultural que definia que as crianças poderiam ser cuidadas em um ambiente extrafamiliar”. (CARVALHO, 2006, p.123). Vale ressaltar ainda, que toda uma sustentação ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988, marco importante legal que lança as bases para nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em referência objetiva ao campo educacional, é indispensável salientarmos, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61. Esta lei, sustentava como proposta principal a inclusão da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica no sistema de ensino do nosso país. Contudo, não é possível identificar dentro do documento oficial, considerações com relação a informações além do cuidar e do papel assistencialista das instituições, apresentando em dois Artigos, apenas informações com relação ao público destinado e ao incentivo dos empregadores em “organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária” (BRASIL, 1961).

Na sequência da Educação do Campo legislativo na Educação Infantil, abordaremos no próximo tópico algumas considerações em relação à Educação Infantil na Legislação Contemporânea no Brasil.

## 2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

Em consonância com que foi exposto anteriormente, a partir da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, a qual estabeleceu que direitos e liberdades básicas como acesso à saúde, educação, moradia e demais serviços essenciais, deveriam ser promovidos e dispostos aos cidadãos brasileiros, uma gama de documentos oficiais emergiu no que diz respeito à educação. Percebeu-se uma maior preocupação com relação ao futuro de crianças e adolescentes, também trazendo um grande enfoque para a área educacional (BRASIL, 1988).

No ano de 1996 ocorre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394/96, na qual a Educação Infantil tornou-se a primeira etapa da Educação Básica sendo considerada essencial para o desenvolvimento integral do aluno, uma vez que, nesse período, a criança é capaz de fazer relações com os demais indivíduos e com o mundo ao seu redor. Sendo assim, Brizola (2017, p.4) destaca que a etapa da Educação Infantil é responsável pelo “desenvolvimento integral da criança com foco no processo educativo contemplando a família e a comunidade como fator essencial em sua formação”.

Ao realizarmos a leitura da LDB podemos destacar os itens descritos nos Artigos nº 20 e 30 no que diz respeito a Educação Infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. III -

atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral (BRASIL, 1996, Art. 29. Art. 30).

Podemos afirmar que desde a implementação da Educação Infantil nas escolas do país, diversos documentos oficiais e regulamentadores foram publicados. No entanto, até mesmo no presente, observamos a existência de poucos documentos e materiais destinados aos alunos da Educação Infantil na área rural, devido à regulamentação da Educação Infantil nas instituições escolares e à pouca preocupação com a questão dos alunos e famílias residentes no campo.

De acordo com a Resolução CNE/CEB 1/2002, a qual, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (DOEBEC) é extremamente importante alinhar os conteúdos trabalhados em aula à realidade dos alunos. No documento é reforçado que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, parágrafo único).

Portanto, reconhecemos que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo são fundamentais para a concretização da Educação nas áreas rurais, contribuindo significativamente como referência para a política da Educação do Campo. Juntamente com a legislação educacional vigente, estabelecem um conjunto de princípios e procedimentos com o objetivo de adequar a Educação do Campo.

Doravante à publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, resolução nº 5/2010, ao analisarmos o documento, observamos uma seção destinada para descrever como devem ser desenvolvidas as propostas pedagógicas para as crianças moradoras do campo. Dentre elas, podemos evidenciar pontos importantes, como o reconhecimento da identidade das crianças, a prática de atividades sustentáveis, a adequação do calendário escolar de acordo com as necessidades dos alunos e a valorização da cultura dos moradores do campo, entre outros relacionados abaixo:

Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;  
Ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;  
Flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;  
Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;  
Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade (BRASIL, 2010).

Conforme observa-se no documento normativo Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicado no ano de 2017, o qual, define o conjunto de aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver durante a Educação Básica, identifica-se um trecho destinado à Educação Infantil e à preocupação das instituições em reconhecer a diversidade cultural das famílias e comunidade em que os alunos estão inseridos. Nesse contexto o documento reforça que a Educação Infantil deve atuar como complemento da educação familiar:

[..] as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, deve articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens (BRASIL, 2017).

Sendo assim, compreendemos a notoriedade com que é tratada a relação entre escola e família dentro da BNCC, pois as organizações escolares precisam reconhecer as experiências e vivências trazidas pelas crianças, desenvolvendo a partir delas novas noções e conhecimentos diversos. Evidencia-se também, em referência aos demais documentos mencionados, a valorização da identidade das crianças do campo, flexibilização do calendário escolar, as questões ambientais e sustentáveis aos locais em que os alunos estão inseridos e o respeito em relação aos conhecimentos historicamente construídos pelas comunidades do campo.

Dando seguimento ao trabalho, apresento a seguir o tópico que trará algumas argumentações relacionando a Educação Infantil no/do campo e as concepções de infância existentes no meio rural.

### **3 EDUCAÇÃO INFANTIL NO/DO CAMPO: HISTÓRIA E INFÂNCIAS**

Para que seja possível discutir sobre a temática da educação no meio Rural, é preciso nos situarmos previamente e brevemente a respeito das principais dessemelhanças entre as chamadas Educação “no” campo e “do” campo, pois, o primeiro modelo de educação diz respeito àquela que ocorre dentro das áreas rurais apresentando abordagem pedagógica voltada para as áreas rurais, buscando a construção de uma consciência crítica sobre a realidade local, enquanto a segunda é direcionada para o atendimento das necessidades específicas para as pessoas moradoras do campo, devendo esta, ir além das instituições, visando um maior envolvimento com as famílias e comunidade em geral, valorizando sua cultura e diversidade (SILVA, 2013).

Sobre a Educação no/do campo, Caldart (2002) defende que:

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p.18).

Quando nos debruçamos acerca da Educação no meio Rural, sem dúvida, não podemos nos abster com relação à história deste modelo educacional, uma vez que, desde os primórdios da ocupação/colonização de nosso país, estivemos permeados de diversas relações de poder ao nosso redor. A respeito da Educação Rural não é diferente, por longos anos, conforme pondera Bem (2020, p.720) “não havia um interesse com a qualidade social da educação para os povos camponeses, adequando-se esta, aos modelos de políticas de desenvolvimento econômico, baseando-se no interesse das classes dominantes”.

Consequentemente percebemos que pelo fato de a Educação Rural surgir a partir do período colonial, em seus moldes era possível evidenciar a ausência da valorização cultural dos moradores do campo, como também a carência de políticas públicas visando a melhoria de suas vidas e aquisição de conhecimentos (BEM, 2020).

Molina (2004) também reforça essas informações acrescentando que:

A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepará-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura (MOLINA 2004, p.37).

Pode-se afirmar que a situação da Educação no/do Campo, começa a modificar-se a partir da LDB, Lei nº 9.394/96, uma vez que, a partir dela, verifica-se possíveis mudanças na organização das escolas rurais. Ainda assim, elenca-se um acontecimento como sendo considerado o “Movimento da educação do campo no Brasil”, em julho de 1997 realiza-se o Iº Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (ENERA), possibilitando a redefinição da Educação Rural para a Educação do Campo (BEM, 2020).

Consoante a realização do I Enera, Munarim (2008) assegura que:

O manifesto do I ENERA, acima referido, de certa forma, sintetiza os elementos fundantes do Movimento de Educação do Campo. Em primeiro lugar, evidencia a existência de um sujeito coletivo forte, ente social munido de propósitos, capaz do exercício da autonomia política e portador de consciência dos direitos (MUNARIM, 2008, p.61).

Diante do exposto, é necessário que reconheçamos a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a garantia da Educação do Campo, entretanto organizações sociais também se revelaram relevantes para as conquistas futuras que se desenvolveram neste meio. Dentre elas, Munarim (2008, p.61) salienta as seguintes: “Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), assim como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais”.

Relacionando agora, a Educação Infantil, com a Educação do Campo, podemos considerar que haja pouca oferta de Educação Infantil para as crianças de comunidades rurais, pois, percebemos que a implementação da Educação Infantil se deu através do processo de industrialização e modernização. Esta afirmação também transparece de acordo com Barbosa et al. (2012) “a invisibilidade das crianças pequenas desse meio, assim como as demais invisibilidades a que as populações residentes em áreas rurais foram submetidas ao longo da história brasileira” (BARBOSA, et al, 2012, p.75).

Há pouco tempo, era possível perceber aos olhos de muitas pessoas residentes em áreas urbanas o preconceito e a discriminação que muitas crianças moradoras do campo sofriam, associando o fato de morarem afastadas das cidades como sendo algo negativo. Pode-se constatar isso quando Barbosa (2012), descreve que:

As crianças moradoras das áreas rurais trazem consigo os “mitos e os estigmas” que compõem as representações sociais sobre as populações rurais. Mitos “românticos” que situam esses grupos sociais como aqueles que representam a pureza, a preservação daquilo percebido como moralmente correto, ou ainda, como um grupo com grande coesão social. Essas crianças, no entanto, também sofrem as discriminações que derivam dos estigmas “do atraso” em relação ao urbano, da pobreza, da ausência de educação e cultura e do conservadorismo (BARBOSA et al, 2012, p.75).

É fato que não podemos deixar de mencionar, que tratamos de concepções de infâncias diferentes quando comparadas as infâncias das crianças da cidade e do campo, porém o que se

transcorre não é um “atraso” ou ausência de cultura mas sim, conforme menciona Bem (2020) a diferença encontrada apresenta-se na “relação com o ambiente natural e nas brincadeiras, as crianças estão nos rios, lagos, brincando com terra, subindo em árvores, correndo com os animais, ou seja, lidam com a natureza e com pessoas que lhes cercam” (BEM, 2020 p.726). São processos culturais e sociais diferentes, com saberes e cotidianidades diferentes, mas outras formas de viver as relações de tempo e espaço.

Por isso, é indissociável a relação da criança do campo com a natureza ao redor e com a escola, a qual está inserida dentro do meio rural, Bem (2020) colaboram ainda mais acerca das infâncias no/do campo pontuando que:

[...] podemos compreender a infância no/do campo como um tempo geracional vinculado às dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Assim, ir à escola, mesmo enfrentando dificuldades no trajeto, tendo em vista que, em algumas partes do campo brasileiro, esse trajeto é feito a bordo ou em transportes escolares precários, as crianças não desanimam, mas expressam alegria, descontração, pois é uma realidade que faz parte de sua convivência cotidiana (BEM, 2020, p.726).

Nesse sentido, é necessário que sejam consideradas todas as diversidades de infâncias encontradas no campo, pois, em cada localidade que as crianças podem estar inseridas, há particularidades, realidades e culturas diferentes. Podemos exemplificar essa diversidade através de alguns grupos residentes no campo, sendo eles quilombolas, assentados, ribeirinhos e pequenos produtores rurais, em que, cada grupo apresenta suas especificidades e costumes distintos, desta forma, as crianças devem ter a possibilidade de viver suas infâncias de forma integral, garantindo a capacidade de construção de seu modo de pensar, sentir e agir (BEM, 2020).

A seguir será disposto como deverá se desdobrar o projeto proposto, irei descrever os métodos da pesquisa, e quais serão as pessoas envolvidas neste processo.

#### **4 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Todos os conteúdos reunidos e descritos no projeto de pesquisa são frutos de uma análise qualitativa, tomando como aporte os referenciais bibliográficos de autores da área, bem como a legislação pertinente ao tema. Após a leitura do material, foi possibilitada a construção do estudo, trazendo novas possibilidades e diversos debates acerca do assunto em questão.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que visa conhecer o cotidiano e identificar as dificuldades de uma escola do campo, através do espectro da professora e das observações com a turma, buscando descrever as experiências cotidianas para as pessoas que apresentam pouca familiaridade com o tema abordado.

Conforme destaca Gil (2002, p.1) as pesquisas descritivas procuram apresentar algumas características de uma “população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Por isso, uma das principais características desta categoria de pesquisa é a utilização de técnicas padronizadas de coleta das informações, como por exemplo questionários e observações. Com relação a este tema Gil ainda afirma que:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. (GIL, 2002, p.1).

Os métodos para a realização da coleta das informações que compõem este estudo foram a aplicação de questionário com uma professora, cujo intuito foi identificar as experiências vivenciadas pela docente ao ministrar aulas em uma escola rural e seis horas de observações em uma turma da Educação Infantil, para que fosse possível observar o cotidiano em sala de aula e que as crianças pudessem demonstrar as peculiaridades e dificuldades inerentes ao estudo em uma escola no campo.

Em referência ao uso de questionários para coleta de informações, Bastos et al. (2023) evidenciam que:

Um questionário pode ser definido como um conjunto de perguntas, que obedecem a uma sequência lógica, sobre variáveis e circunstâncias que se deseja medir ou descrever. O questionário pode ser aplicado para que um povo seja conhecido em suas crenças, conhecimentos, representações e informações pontuais ou para questões a respeito do meio em que vivem (BASTOS, et al 2023, p.623).

O segundo método utilizado foi a observação e também se apresenta de forma indispensável para o estudo da realidade dos alunos, contribuindo para adquirir informações sob determinados aspectos da realidade. Marconi e Lakatos (1996, p.79) reforçam essa ideia e acrescentam que as observações são importantes, pois, ajudam a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”.

Na perspectiva de Lakatos (2003) a pesquisa de campo pode ser definida como:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (...) Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. (LAKATOS, 2003, p.186).

A aplicação do questionário com a professora e a observação com a turma de alunos, realizou-se em uma instituição pública municipal localizada na área rural do município de Alegrete, no oeste do estado do Rio Grande do Sul. A escolha da escola para as observações e análise ocorreu, pelo fato de que tenho uma história com o local em questão, pois vivenciei boa parte da minha infância nesta escola cursando todo o período do Ensino Fundamental e fazendo parte da comunidade local até os dias atuais, visto que minha família reside na região.

## **5 A ESCOLA NO/DO CAMPO: PERSPECTIVAS DE UMA DOCENTE DA ÁREA**

Ao realizar o primeiro contato com a escola definida para a construção desta pesquisa, realizei inicialmente uma prévia conversa com a professora regente da turma de Educação Infantil. Na sequência abordei minha proposta de realização de uma entrevista, com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre sua história como professora no campo e suas perspectivas com relação à realidade dos alunos que residem na região campesina.

Foi direcionado para a docente um questionário composto por oito questões discursivas, que abordavam desde sua prática em sala de aula, como a participação dos responsáveis no ambiente e escolar e as dificuldades enfrentadas pelos alunos diariamente, deixando claro que a profissional entrevistada detinha liberdade para realizar demais contribuições caso julgasse necessário para a complementação do trabalho. Desta forma, realizou-se a seleção de algumas respostas da docente, que neste trabalho, terá o nome fictício de Clarissa.

Ao ser questionada sobre o tempo atuando na área da educação e quais seriam as principais adversidades encontradas ao ministrar aulas no interior do município, Clarissa relatou as seguintes informações:

Quadro 1 - Resposta do Questionário

“Atuo há vinte e oito anos como docente, nas redes estadual e municipal. É a primeira vez que trabalho em Escolas do Campo, como docente, tendo vivido uma experiência anterior como Diretora de Educação da rede municipal, o que me possibilitou o conhecimento das realidades das escolas do campo. Destaco como adversidade a distância percorrida para chegar até a escola, tanto para os docentes, quanto para os estudantes; as questões climáticas, especialmente a chuva, que por vezes impossibilita o acesso até a escola e o descaso da administração pública com as instalações/estrutura física da escola, tornando o ambiente precário para o desempenho das nossas atividades.”

Fonte: Autora

Dando sequência a entrevista questioneei a professora, acerca dos principais pontos destacados por ela ao pensar no tema Educação Infantil nas escolas rurais, para este questionamento Clarissa foi precisa evidenciando:

Quadro 2 - Resposta do Questionário

“A importância do desenvolvimento psicomotor, autoconhecimento e cuidado com si mesmo, a convivência, experiências com o brincar, desenvolvimento das múltiplas linguagens: corporal, musical, dramática, visual, escrita, desenvolvimento de uma alimentação saudável, integração com a família, aquisição de noções de tempo, espaço, quantidade, desenvolvimento do processo de letramento e dos demais direitos de aprendizagem descritos nos documentos norteadores do trabalho educacional.”

Fonte: Autora

A integração com a família foi um dos pontos relevantes a serem levantados pela professora, uma vez que, a participação da família dos alunos é tão importante quanto a equipe diretiva nas decisões tomadas com relação ao andamento da rotina escolar, Vicente e Costa (2022) concordam que o envolvimento dos pais é importante, principalmente na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) pois:

[...] no paradigma da educação rural, os sujeitos do campo são considerados meros receptores de conhecimentos, muitas vezes estranhos à sua realidade, a fim de afastá-los da possibilidade de conhecerem a si próprios, promovendo a alienação e a fragilização das comunidades. O paradigma da Educação do Campo propõe uma educação pensada, organizada e executada pelos povos do campo, articulando a prática pedagógica com os saberes locais, com a história e a cultura, visando ao fortalecimento coletivo e à emancipação humana dos grupos envolvidos (VICENTE; COSTA, 2022, p.11).

Em referência a participação ativa dos pais e responsáveis dos alunos na escola e seu apoio nos eventos promovidos pela instituição Clarissa destacou que:

Quadro 3 - Resposta do Questionário

“As famílias comparecem à escola sempre que solicitadas ou quando sentem necessidade. O acesso delas à escola é feito por meio do transporte escolar. Em termos de apoio, a

comunidade participa ativamente dos eventos promovidos pela escola, bem como, organiza reuniões para cobrar do poder público a solução das demandas de estrutura física da escola, situação dos transportes, estradas, entre outras.”

Fonte: Autora

Para as escolas existentes no campo, torna-se imprescindível a boa relação e a assiduidade dos pais dos alunos no ambiente educacional, pois é necessário que ambos os lados estejam trabalhando em consonância, visando o desenvolvimento do educando. Conforme aponta Cunha (2008, p.216) através desta relação ocorre “o processo de socialização que a escola e a família permitem, através de sua ação complementar, a integração dos alunos na sociedade, levando-os a assimilar valores, princípios, normas e regras de comportamento etc.”

No tocante às dificuldades do processo educacional dos alunos da Educação Infantil do campo e às distâncias percorridas diariamente e seu impacto no planejamento escolar, os pontos levantados por Clarissa foram os seguintes:

#### Quadro 4 - Resposta do Questionário

“... Atualmente as principais dificuldades têm sido a falta de manutenção nas estradas que, nos dias de chuva, impossibilita o acesso dos alunos até a escola, a legislação que rege o serviço de transporte escolar que impõe regras sobre as distâncias em quilômetros e/ou utilização de porteiros, que ocasiona transtornos para as famílias e a estrutura física precária da escola. Toda vez que os alunos não conseguem acessar a escola, o processo educacional dos mesmos fica comprometido.”

Fonte: Autora

Diante desta situação, percebemos a significância do papel do profissional Pedagogo como agente modificador da realidade escolar desses alunos, na medida em que, todas essas dificuldades são fatores desestimulantes para os discentes, Freire (1987) apud Pinheiro (2022) salienta que “é nesse momento que o pedagogo atua, transformando informações em conhecimento, nas escolas rurais o educador deve favorecer uma aprendizagem contextualizada e organizada, considerando o ambiente em que o aluno está inserido” (PINHEIRO, 2022, p.7).

Quanto ao espaço físico escolar e o contato com a natureza, foi indagado à docente, como era realizado este aproveitamento do espaço da escola, desta forma, a professora descreveu que:

#### Quadro 5 - Resposta do Questionário

“A escola mantém projetos relacionados com a temática do Meio Ambiente, orientados pelo técnico agrícola, tais como horta escolar, plantio de árvores, observação orientada da fauna e flora no entorno da escola. Além disso, temos o projeto de recreação com a professora de Educação Física e demais atividades psicomotoras feitas ao ar livre com a utilização de materiais disponíveis na escola. Sempre que possível, realizamos atividades ao ar livre, coletamos elementos da natureza, como folhas, para observar e estudar, observamos os insetos, plantamos, exploramos os sentidos (tato, olfato, visão, audição) contemplando o espaço natural do entorno da escola.”

Fonte: Autora

Para a finalização do questionário, a professora foi convidada a descrever em seu ponto de vista quais seriam os principais temas e conteúdos a serem abordados com os alunos da Educação Infantil no campo, para que pudéssemos levar em consideração o contexto que estes alunos estão inseridos. No olhar da professora destacam-se os seguintes temas:

Quadro 6 - Resposta do Questionário

“ ... O desenvolvimento de todos os direitos de aprendizagens previstos em lei, conviver, participar, explorar, conhecer, aprender...diversos temas podem contribuir para o despertar do sentimento de pertencimento, a festa da colheita, o plantio, a adequação do planejamento à realidade local, a dança, a música, a história local contada pelos moradores mais antigos, a identificação e preservação da fauna e vegetação e a própria luta pela manutenção da escola e de uma educação de qualidade nessa localidade.”

Fonte: Autora

Contribuindo e reafirmando com o ponto de vista da professora entrevistada devemos reconhecer que os alunos da educação do campo, necessitam sentir-se representados dentro da sala de aula e no ambiente escolar. Bem (2020) traz a dimensão cultural e as lutas relacionadas à identidade dos alunos do campo, reforçando que:

É preciso acreditar que o campo é o lugar onde se constroem e se constituem as relações culturais e modo de vida, bem como as reivindicações por moradia, escola, terra dentre outros. Deve se considerar os sujeitos na sua particularidade. A educação do campo é um projeto que pensa no sujeito como ser de direito o campo é um lugar de vida, ou seja, um dos territórios sociais, econômicos, políticos e culturais onde os sujeitos podem lutar de forma coletiva, compreendendo a dinâmica de viver em cada território ocupado (BEM, 2020, p.719).

Diante dessas considerações é possível compreender que a Educação do Campo ultrapassa os limites do educar, ela acaba, por vezes, indo além, provocando nos alunos sentimentos de lutas e pertencimento ao meio em que vivem. Da mesma forma que a escola dá oportunidades para que o conhecimento seja construído, também possibilita que os grupos sociais que lá vivem se reconheçam como cidadãos que possuem direitos, uma vez que, em muitos casos precisarão pelear para que esses direitos sejam adquiridos em sua totalidade.

## 5.1 OBSERVANDO ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO/DO CAMPO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em sequência a realização do uso do questionário com as respostas da professora, foram realizadas seis horas de observação, tanto no entorno da escola, como também, momentos observando a turma de alunos da Educação Infantil, que nesta escola estavam em um pequeno número de apenas quatro alunos, sendo um do Nível A e três do Nível B.

Desde o deslocamento até a chegada à escola é possível observar as dificuldades apontadas pela professora, pois, o acesso até a instituição é de mais ou menos 50 km de estrada de terra e alguns pontos em péssimas condições, dentre eles pontes danificadas e fissuras nas estradas, dificultando a chegada ao local, principalmente em dias chuvosos.

Com relação à estrutura da escola, é visível a necessidade de manutenção, pois o prédio é de madeira e conta com inúmeros pontos danificados nas paredes e pisos das salas de aula. Ao questionar a equipe diretiva sobre o tema, recebi a informação de que a Prefeitura Municipal

já havia sido informada sobre a atual situação da escola e garantiu que haveria uma reforma nas principais partes que estão mais comprometidas.

Conforme destaca Silva (2019) a preocupação com relação às condições prediais das escolas do campo, deve ser pensada e tratada como prioridade, uma vez que:

As melhorias nas condições estruturais dos estabelecimentos são elementos imprescindíveis para garantir o atendimento em Educação Infantil às localidades rurais, com destaque para o espaço físico, a formação dos professores, a carga horária e os recursos materiais disponíveis (SILVA, 2019, p.763).

A localização geográfica da escola, fica em meio a uma Área de Proteção Ambiental (APA), por este fato, a região é extremamente preservada e conta com uma diversidade de animais e plantas características da região, fazendo com que o entorno da escola, seja único, rico em possibilidades e experiências configurando-se como um ótimo espaço para a construção do sentimento de pertencimento e valorização da cultura local.

Azambuja (2003) apresenta sua percepção no que diz respeito aos ambientes naturais e sua relação com as crianças destacando que:

Os espaços variados, tanto os construídos pelo homem quanto os naturais, são uma maneira de proporcionar à infância condições plenas de desenvolvimento, gerando a consciência de si e do entorno que são provenientes da riqueza experiencial (AZAMBUJA, 2003, p.311).

Ao observar as atividades desenvolvidas com os alunos em sala de aula, é evidenciado o bom relacionamento existente entre a professora e os alunos, uma vez que, os pequenos sentem liberdade e descontração nos momentos em aula, conversando, brincando, criando laços e conexões que reforçam o acolhimento recebido na escola. Com relação às condições estruturais e ao espaço na sala de aula, nota-se que é preciso uma reforma no piso e paredes, substituição de madeiras e renovação da pintura, porém, não são essas as razões que fazem com que não haja uma linda decoração e exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos no decorrer do ano letivo, apontando um grande comprometimento da professora regente da turma em ofertar uma educação de qualidade, mesmo que existam motivos para sentir-se desmotivada.

Os alunos da turma de Educação Infantil da escola observada, retratam a realidade de uma escola no campo, conversam e relatam situações de seu cotidiano de seus familiares, contam sobre a vida no campo e o que fazem nos momentos que não estão na escola, vestem-se com indumentárias tradicionais, como a bota, bombacha e chapéu, valorizando e mantendo acesa a cultura gaúcha desta região para as próximas gerações. Também se nota esta valorização da cultura local, ao observar as brincadeiras dos alunos em seus momentos de recreação, é perceptível, um sentimento de liberdade, imaginação e um contato respeitoso com a natureza. Bem (2020, p.719) fortalece esse ponto de vista, abordando que “a criatividade dos brinquedos e brincadeiras revela uma infância inventiva, inerente ao meio rural, ao vivenciarem suas experiências no cotidiano no qual estão inseridas, as crianças se apropriam do que acontece no seu entorno”.

Portanto, através das observações realizadas na escola e com a turma de Educação Infantil, retrata-se a realidade cotidiana daqueles que moram e estudam no campo, em que, através de seu comportamento, diálogos, brincadeiras e demais atividades fazem com que seja possível conhecer um pouco mais sobre o seu dia a dia. Em relação às dificuldades, revelam-se bem maiores quando vistas de perto, condições estruturais, distâncias e falta de acesso, são apenas alguns pontos que fazem com que cada dia letivo se torne um desafio. Porém, não são essas adversidades que sobressaem na instituição, pelo contrário, o que vemos é a criação de

laços afetivos entre professores e alunos, valorização da cultura local e uma grande diversidade natural no entorno escolar, trazendo características únicas para esta instituição.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a realização da entrevista e das observações realizadas na escola do campo, revela-se a dimensão de uma instituição localizada no meio rural, uma vez que, apenas conhecendo de perto o cotidiano dos alunos e professores pertencentes a esta realidade, é possível compreender o quão desafiador o processo de ensino e aprendizagem pode ser. É necessário empenho mútuo, de professores, equipe diretiva e comunidade escolar, para que a engrenagem funcione, verifica-se, ainda mais a paixão pelo ato de ensinar dos educadores que vivem neste cenário, pois esses profissionais trabalham incansavelmente para que as crianças adquiram conhecimentos e experiências que carregarão pelo resto de suas vidas.

Evidenciamos também uma luta histórica, pela efetivação de uma educação gratuita e de qualidade para as comunidades residentes no campo, comprovando que, até mesmo na atualidade, existem diversos esforços para que instituições assim como essa, se mantenham em funcionamento. Levam-se aos órgãos públicos reivindicações a respeito de manutenção em estradas, prédios institucionais e garantia de um transporte de qualidade, buscando evitar que essas comunidades rurais sejam esquecidas e se tornem invisíveis aos olhos dos governantes.

O processo de ensinar é considerado muito mais do que apenas uma etapa a ser atravessada pelos estudantes, pois, é dentro do ambiente escolar, que as crianças aprendem a conhecer-se, desenvolvem-se, criam relações com os demais colegas, adquirindo incontáveis experiências que farão parte de sua formação como sujeito futuramente. Dentro do ambiente rural, não deve ser diferente, as crianças que lá vivem, precisam ter as mesmas oportunidades e condições, sendo possibilitado a elas a integração e a relação da escola com o meio em que vivem, suas crenças, valores e toda a história cultural construída por seus familiares.

Sendo assim, compreendemos que a educação vai muito além da sala de aula e dos muros das instituições, principalmente em uma escola do campo. É impossível, deixarmos de observar ao nosso redor, as paisagens, as plantas, os animais, e o meio natural em que estamos incluídos. Sem perceber, estamos imersos em um universo de possibilidades de se fazer educação diariamente, em que, a curiosidade das crianças é um dos principais elementos para que o processo de aprendizagem aconteça, mesmo que enfrentamos algumas dificuldades pelo caminho, não podemos nos acomodar e deixar de acreditar que sempre é possível contribuir para a construção de um futuro melhor para nós e para o meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, G. **O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil.** Natal, Estudos de Psicologia, 2003.

BACH, E.L. PERANZONI, V.C. **A História da educação infantil no Brasil: Fatos e uma realidade.** Ef Deportes, 2014.

BARBOSA, M. S. et al. **Oferta e demanda da Educação Infantil no Campo.** Porto Alegre, Evangraf, 2012.

BASTOS, J. S. et. al. **O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios.** Uberlândia, Revista Brasileira de Implantologia e Ciências da Saúde, 2023.

BEM, M.G. **Algumas reflexões de infância no e do campo.** Santos, Revista eletrônica Pesquiseduca, 2020.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação.** Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Ministério da Educação. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** Ministério da Educação, Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da educação, Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da educação, Brasília: Senado Federal, 1961.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Brasília: Senado Federal, 2010.

BRIZOLA, J. L. **Educação infantil: breve relato histórico da evolução no brasil.** Itapeva, Fait, 2017;

CALDART, R. **Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção.** Petrópolis, Vozes, 2002.

CARVALHO, R. S. **A emergência das Instituições de educação infantil.** Pelotas, História da Educação, 2006.

CORDEIRO, K.O. SODRÉ, L.G. **A implantação da educação infantil no município de Teixeira de Freitas - BA.** Práxis Educacional, 2008.

CUNHA, M. A. **A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA RURAL/DO CAMPO: os desafios de um objeto em construção.** Minas Gerais, Educação e Diversidade, 2008.

- DIDONET, V. **Creche: a que veio, para onde vai.** In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo.** Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001. GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas?** Academia edu, 2002.
- LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LIMA, L.P. SILVA, A.S. **A relação entre a educação infantil e as famílias do campo.** São Paulo, Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, 2015.
- MENDES, S.L. **Tecendo as histórias das instituições do Brasil infantil.** Natal, Saberes, 2015.
- MOLINA, M. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Coleção: Por uma Educação do Campo vol.5, Brasília, 2004.
- MUNARIM, A. **Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil.** Santa Maria, Educação, 2008.
- OLIVEIRA, J. C. **O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas.** III Congresso Nacional de Educação, Editora Realize, 2016.
- OLIVEIRA, Z. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PASCHOAL, J. D. **A História Da Educação Infantil No Brasil: Avanços, Retrocessos E Desafios Dessa Modalidade Educacional.** Campinas, Histedbr on-line, 2009.
- PINHEIRO, C. R. **Os desafios da educação do campo.** Distrito Federal, Revista de educação popular, 2022.
- SILVA, J. B. **Práticas pedagógicas e condições estruturais da educação infantil em assentamentos rurais.** Florianópolis, Revista do centro de ciências da educação, 2019.
- SILVA, R.S. **Educação do campo ou educação no campo? Principais diferenças.** Piauí, Café com Sociologia, 2023.
- VICENTE, P.B. COSTA, L. M. **Relação Família e Escola do Campo: Uma análise da Escola Municipal de Ensino Fundamental José de França, no Município de Cuité de Mamanguape/PB.** Tocantinópolis, RBEC, 2022.